

**ATA DO IV ENCONTRO DO  
FÓRUM NACIONAL DE JUSTIÇA JUVENIL  
BRASÍLIA – DF      AGOSTO/2009**

Nos dias **24 e 25 de agosto de 2009**, em um dos Auditórios do Hotel Nacional, em Brasília, Distrito Federal, no horário das 09:00 às 13:00 e das 14:30 às 19:30 horas nos dois dias de trabalho, realizou-se o **IV Encontro do Fórum de Justiça Juvenil** com o apoio técnico e operacional da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estiveram presentes os seguintes magistrados: André Gêda Peixoto Melo (AL); Antônio Lopes de Oliveira (PI); Danilo Burin (MS); Eduardo Rezende Melo (ABMP); Francisco Jaime M. Neto (CE); Graciete Sotto Mayor Ribeiro (RR); Elio Braz Mendes (PE); Humberto Costa Vasconcelos Júnior (PE); José Dantas de Paiva (RN); Leoberto Brancher (RS); Luís Cláudio Cabral Chaves (AM); Marcius da Costa Ferreira (RJ); Maria Roseli Guießsmann (PR); Maurício Porfírio Rosa (GO); Mônica Ribeiro de S. Paukoski (SP); Nelson Santana do Amaral (BA); Odete Silva Carvalho (PA); Paulo Roberto Luppi (ES); Renato Rodovalho Scussel (DF); Romário Divino Farias (AC); Samuel Rubem Zoldan Uchoa (AP); Silvana Maria Parfieniuk (TO); Vânia Ferreira de Barros (SE); Vera Deboni (ABMP); Virgínia Gaudêncio de Novais (PB); e, Wlaciir Barbosa Magalhães (MA). Estiveram presentes, ainda, os seguintes representantes da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente: Dr<sup>a</sup>. Carmen Silveira de Oliveira; Dra. Lúcia Elena Junqueira Rodrigues; Dr<sup>a</sup>. Márcia Soares; e, Dr. Benedito dos Santos.

Dando início aos trabalhos, a **Mesa de Abertura do Encontro** foi composta pelo Dr. Humberto Vasconcelos Junior; Dra. Maria Roseli Guießsmann; Dr. Leoberto Brancher; Dra. Lúcia Elena Junqueira Rodrigues; Dr. Eduardo Rezende Melo, da ABMP, e, Dra. Vera Deboni também da ABMP.

Para as considerações iniciais, foi concedida a palavra aos componentes da mesa, que assim se pronunciaram: **Dr. HUMBERTO VASCONCELOS JUNIOR:** "Bom dia. Após vinte anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente ainda me sinto na era do Código de Menores, conhecida como Lei Melo Matos pois, apesar do tempo, muito pouco se avançou. Penso que, se todos os servidores públicos fossem obrigados a matricular seus filhos em escolas públicas, a qualidade do ensino certamente melhoraria. Fez referência à nova Lei de Adoção lembrando, também, dos novos tipos criminais inseridos no ECA pela Lei nº 1215. Enfatizou que o nosso Fórum terá como objetivo tirar as leis do papel. Precisamos criar um cronograma de disseminação de idéias. Trabalho sempre e continuarei trabalhando com a vontade de redirecionar e harmonizar a área da Infância e Juventude." **Dra. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** "Boas vindas. Um ponto importantíssimo deste Encontro será a criação do nosso Estatuto e espero que este Encontro seja de tão grande importância como foram os outros." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Quando vivemos uma história não temos condições de dimensionar sua importância. Este Fórum tem a perspectiva de difundir nossas idéias. Saúdo a todos e agradeço a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente pela dedicação. Nós, juízes, temos a tarefa de difundir as idéias para que voltemos motivados e empoderados. Como encaminhamento desta reunião sugiro que seja seguida a pauta do Encontro. Comunico que, para entrega da nossa proposição ao CNJ, foi solicitada uma audiência com o Ministro Gilson Dipp e, por sugestão de um colega que está atuando no CNJ, a audiência em questão foi agendada para a data deste Encontro, estando confirmada para o dia 25 de agosto. Quanto ao andamento do PL que trata da Lei de Execuções das Medidas Sócioeducativas, teremos uma audiência com a Senadora Marisa Serrano. **Dra. LÚCIA ELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** Boas vindas a todos os que participam

deste Encontro que visa o fortalecimento da Justiça Juvenil. Apresento o Dr. Marcos Vinícius, do Estado da Bahia, que agora está na SEDH. A boa notícia que tenho é o Movimento de Fortalecimento do Sistema que, em conjunto com a ABMP já realizou 25 seminários. Buscamos um melhor cenário na aplicação e execução das Medidas Sócioeducativas. O número de problemas e denúncias ainda é muito grande e as vezes se constata a aplicação do antigo Código de Menores nas medidas sócioeducativas uma vez que ainda estamos inseridos numa cultura repressora. Congregando CEDECA's, Defensores e o Movimento das Mães de Internos, foi realizado um Encontro muito produtivo em Pernambuco. Os Defensores devem se comprometer. Será realizado um novo encontro no qual vai ser discutido o cumprimento das MSE em locais inadequados. Não basta visita e constatação, devem ser previstas conseqüências para a não solução dos problemas. Tivemos ainda outro Encontro que reuniu 60 representantes de Universidades visando estimular a celebração de convênios para formação continuada para combate à exploração sexual. Nesse mesmo Encontro a Secretaria conseguiu incluir também a questão das medidas sócioeducativas. Temos pela frente a 1ª CONSEG – Conferência de Segurança Pública, com mobilização dos Estados para que realizassem suas conferências estaduais onde os internos emitissem suas opiniões. Dessas conferências saiu como proposta a redução da imputabilidade penal. Proponho o desafio de que as discussões e temáticas deste Fórum possam reverberar para dentro dos Tribunais de Justiça, notadamente quanto à problemática de adolescentes internados em local inadequado e as internações provisórias por mais de 45 dias. Uma das tarefas dos membros deste Fórum é levar estas discussões para nossos Tribunais, pois ainda existem juízes que não aplicam medidas sócioeducativas. Deixo aqui a saudação da Dra. Carmem e da Dra. Márcia, desejando que este Encontro seja tão produtivo quanto os demais. **Dr. EDUARDO MELO:** "Registro minha alegria por estar aqui. Peço aos colegas Marcius, Dantas e Élio para viabilizar o encontro das coordenadorias." **Dra. VERA DEBONI:** "Comunico que a Escola Nacional da Magistratura, dirigida pelo Des. Eládio, do RS, vai realizar, nos dias 22 e 23 de outubro próximo, em Brasília, um Encontro da área da Infância e Juventude, patrocinado pela Petrobrás, onde 30 inscrições serão patrocinadas. Convido os membros deste Fórum a se inscreverem, destacando que é um convite convocatório. O encontro em questão terá como pauta: 1º dia: Cadastro de Adoção e Crianças disponíveis; Portaria e ações fiscalizadoras dos juizados; Plenária para buscar diretrizes para a ENM; Oficinas: fluxos; atendimentos às vítimas; vara especializada para os crimes cometidos contra crianças e adolescentes; delitos contra crianças e adolescentes; Diretrizes para serem divulgadas; Painel: Fundos da Infância e Juventude: Arrecadação. 2º dia: Ato Infracional; Oficinas: Justiça restaurativa; questões controvertidas no ato infracional; remissão ministerial, remissão judicial e MSE em sede de remissão; decisões; Plenária. Execução de MSE; Oficinas: SINASE; cadastro nacional de infratores; MSE em meio aberto e privativa de liberdade; processo. Sugiro que o FONAJUV seja antecipado para o dia 21 de outubro para possibilitar nossa participação no Encontro da ENM nos dias 22 e 23."

Encerrada a abertura, a palavra foi franqueada aos demais membros do Fórum. Em primeiro lugar manifestou-se a **Dra. ODETE SILVA CARVALHO:** "O que fazer com as medidas sócioeducativas? Como estão agindo os juízes com as Medidas Sócioeducativas? A internação é o ponto crítico. As medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade não existem na maioria dos Estados. A Semiliberdade, então, simplesmente não existe. O menino passa horas na rua porque não tem um lugar propício que lhe acolha. A internação na maioria dos Estados é grave. No estado do Pará não se extrapola o prazo da internação provisória e quase nunca é usado o tempo máximo de três anos de internação. Sugiro que, no momento em que se aplicar a internação, a idéia seja a de que o adolescente tenha tratamento diferenciado de preso: que receba educação, profissionalização e, principalmente, atendimento psicológico. Internação não é

prisão, mas medida que serve para mudar o adolescente, até porque, normalmente, os infratores são carentes.” **Dra. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Proponho que seja feito um diagnóstico por Estado mediante questionário de avaliação”. **Dr. HUMBERTO VASCONCELOS JUNIOR:** “Proponho que o Governo Federal crie mecanismo para favorecer o repasse de recursos. Precisamos construir um modelo de mudança de padrão. **Dr. ÉLIO BRAZ MENDES:** “Proponho a edição de enunciados pelo Fórum. Sugiro que no futuro se façam reuniões por vídeo-conferência que, inclusive, viabilizaria a participação das equipes técnicas. **Dra. LÚCIA ELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** “Informo que no Estado do Pará duas obras de construção de unidades de internação estão paralisadas por decisões judiciais. Outro esforço que vem sendo feito pela SEDH se orienta no sentido de chamar os gestores, criando uma sinergia para que as ações aconteçam. O foco atual da Secretaria são as medidas em meio aberto. Os Estados, em sua maioria, estão fazendo investimentos. Na equipe em que trabalhei, as técnicas davam sessenta dias para que o adolescente introjetasse a idéia de cumprir a medida. A mudança de cultura e os investimentos estão sendo feitos, mas a SEDH só convenia com os Estados e não com os Municípios”. **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** “No caso da Bahia, me preocupo com a visão do Governo e do Tribunal de Justiça e estou buscando encontrar solução para mudar aquela visão. Existem 1500 execuções em andamento e não tem Vara Especializada. Solicito auxílio do Fórum para sensibilizar o Tribunal de Justiça Baiano. **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** “O contato que tenho com o Governo do Rio de Janeiro e com o Tribunal de Justiça está sendo muito bom. No meu Estado as coisas estão funcionando. A velocidade para criação das condições se dá pelo acesso político. Eventuais excessos de prazo ocorrem somente no interior do Estado. Sugiro que se leve aos Tribunais de Justiça a preocupação para redimensionar o atendimento, solicitando, inclusive, intervenção do CNJ.” **Dr. DANILO BURIN:** “Proponho como meta do próximo encontro a discussão sobre o procedimento.” **Dra. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Informo que as propostas apresentadas já estão em andamento.” **Dr. ÉLIO BRAZ MENDES:** “Faço um alerta sobre nossa impotência. Nós não estamos articulados.” **Dr. MAURÍCIO PORFÍRIO ROSA:** “Me preocupo com a nossa postura dogmática do ECA. Até hoje não se divulgaram os resultados alcançados com o ECA. Proponho que a SEDH faça uma pesquisa para levantamento de dados. Conhecendo esses resultados vamos ter mais argumentos. Admito que o Fórum avançou, mas seu direcionamento perdeu um pouco o foco. Não ocorreram efetivos avanços na execução.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Em relação ao diagnóstico sugerido, proponho que ele seja interno e peço que a SDH informe, dentro do Fórum, a cada um de nós, a nossa situação. Proponho que se mantenha a base doutrinária e filosófica dos Encontros, incluindo-se, porém, a base prática. Peço que sejam trazidas experiências positivas por cada participante. Proponho que sejam realizadas audiências de acompanhamento da Liberdade Assistida. O Rio Grande do Norte fez uma parceria com a Universidade para especialização em Direito da Criança e do Adolescente para quinze juízes e quinze técnicos. Todas as Universidades e Faculdades do Rio Grande do Norte ministram a disciplina da Criança e do Adolescente. Quando realizo visita às Unidades levo comigo não só os técnicos, mas também os demais servidores, inclusive, motoristas, para motivar todos os que trabalham com o adolescente infrator.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Gravamos em vários temas: avaliações dos resultados; ECA; procedimento, vídeo-conferência, etc.. mas o Fórum se constituiu com três grandes bandeiras: SINASE, PL 1627 e Base Nacional de Dados e, à medida em que esses assuntos avancem, nada impede que pautemos outras questões. **Dra. VERA DEBONI:** “Proponho que sejamos mais consistentes em alguns pontos. Devemos levar ao Ministro Gilson Dipp a sugestão para criar uma estrutura judiciária mínima que contemple o ato infracional, sugerindo que, pelo menos nas Capitais dos Estados, exista uma Vara de Apuração e outra de Execução.” **Dr. EDUARDO MELO:** “Proponho que seja ordenada a reunião com as propostas e os encaminhamentos de forma sistematizada. No tocante à vista ao Senado, a ABMP

agendou com o Senador Sarney para a tarde de amanhã, 25 de agosto, quando serão entregues: Manifesto contra a redução da imputabilidade e Manifesto contra o aumento do tempo de Internação.” **Dra. LÚCIA ELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** “Informo que a SEDH fez uma consulta junto aos 27 Tribunais de Justiça verificando que 24 aderiram ao SIPIA/SINASE e os outros 3 vão acompanhar. Em 14 de setembro haverá uma reunião com a presença dos gestores para adesão dos Estados ao sistema. Nos dias 18 e 19 acontecerá a capacitação e o treinamento dos técnicos. Os gestores irão apontar à SEDH as dificuldades: SP e RJ já possuem sistema e verão o que podem fazer. PR também tem sistema próprio cujas bases são compatíveis com o SIPIA. A Secretaria vai criar um *Help Desk* para dar suporte aos Estados. Este Fórum deve ter um olhar sobre as políticas de promoção e inclusão.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “A pauta da reunião no CNJ será: 1- Aproveitamento dos sistemas já em andamento e a base mínima de dados; 2- Integração com SIPIA; 3- Representação do Fórum junto ao CNJ.” **Dra. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Proponho que se apresente ao CNJ a sugestão de que se crie uma comissão permanente para a Infância e Juventude, como já existe em outras áreas.” **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** “Proponho que se faça a sugestão de que seja obrigatória a instalação de Varas de Execução das MSE.” **Dr. FRANCISCO JAIME M. NETO:** “Sugiro que se solicite ao CNJ que disponibilize os relatórios das inspeções que fez, bem como, para que possamos compartilhar das informações através de um representante do CNJ junto ao Fórum.” **Dra. MÔNICA RIBEIRO DE S. PAUKOSKI:** “ Sugiro que seja feita uma discussão sobre o PL antes da visita ao Senado.” **Dra. VERA DEBONI:** “Lembro que a Dra. Carmem mencionou que muitas sugestões podem fazer o processo voltar à estaca zero.” **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** “Insisto em que se aperfeiçoe o PL, ainda que a aprovação dele demore um pouco mais.”

Dando início aos trabalhos do período vespertino do primeiro dia do Encontro, promoveu-se a discussão acerca do Regimento Interno do Fórum, ocasião em que a **Dra. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO** esclareço que os membros da Comissão de Estruturação (Graciete, Jaime e Luiz Cláudio) apresentam a minuta do Regimento Interno do FONAJUV, minuta que passa a fazer parte integrante desta ata, informando que a mesma teve como base o Regimento do FONAJE. Alguns posicionamentos devem ser tomados aqui, notadamente no que diz respeito à: periodicidade dos encontros; tempo de permanência dos membros nas comissões; representatividade nos Estados; e, se ficaremos atrelados a uma instituição. Após, realizou-se a apresentação da minuta com 14 artigos. Após inscrição para os destaques manifestaram-se: em relação ao **art. 1º**, os Drs. Leoberto, Vera e Eduardo; ao **art. 2º**, o Dr. Eduardo; ao **art. 3º**, os Drs. Roseli, Élio e Marcius; ao **art. 4º**, os Drs. Danilo, Roseli, Élio, Leoberto, Marcius e Eduardo; ao **art. 6º**, os Drs. Antonio Lopes e Leoberto; ao **art. 7º**, os Drs. Maurício, Élio e Nelson; ao **art. 8º**, os Drs. Vera, Roseli, Leoberto, Antonio Lopes e Nelson; ao **art. 9º**, o Dr. Danilo; ao **art. 10**, os Drs. Dantas e Élio; e, ao **art. 14**, o Dr. Dantas. **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Quanto maior a formalidade, menor a dinâmica.” **Dra. VERA DEBONI:** “Propõe que o regimento não deixe o Fórum engessado. Devemos trabalhar para que o Fórum seja um órgão de assessoria ao Colégio de Presidentes.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Proponho que o Fórum seja uma instância informal de representação, aprimoramento e mobilização institucional, regida na forma deste regimento.” **Dr. EDUARDO MELO:** “Proponho que se aprove um regimento provisório até que se vincule ao Colégio de Presidentes. Insisto em que o Fórum tenha caráter de institucionalidade.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Insisto em que o Fórum seja um órgão autônomo para depois ver se é o caso de se vinculá-lo ou não a alguma instituição.” **Dr. EDUARDO MELO:** “Proponho que o FONAJUV tenha como objetivo a representação institucional junto aos Tribunais. **Dr. MAURÍCIO PORFÍRIO ROSA:** “Sou contrário a estabelecer vinculação com os Tribunais de Justiça”. **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** “Sou contrário a natureza de Associação Civil.” **Dr. ELIO BRAZ MENDES:** “Nossa existência

depende de nossos Tribunais de Justiça. Até hoje nos reunimos com apoio da SEDH, mas precisamos nos harmonizar institucionalmente.” **Dr. HUMBERTO VASCONCELOS JUNIOR:** “Sugiro a adoção da formalidade mínima.” Após discussão, chegou-se à redação final do Regimento Interno do FONAJUV, conforme minuta que se torna parte integrante desta ata, tendo o Dr. LEOBERTO BRANCHER solicitado que se registrasse em ata seu **protesto** com a supressão do inciso III da minuta proposta, porque ele foi o principal objetivo que orientou a criação do fórum. Aprovado o Regimento Interno do FONAJUV foi solicitado que se incluísse na pauta do próximo encontro a eleição do novo Coordenador Executivo do Fórum. Por fim, registrou-se o **voto de louvor** à Dra. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO pela condução dos trabalhos de aprovação do Regimento em uma única tarde.

Os trabalhos do segundo dia do Encontro tiveram início às 09:00 horas, com **Vista ao Senado** quando os integrantes do Fórum foram recebidos inicialmente no gabinete da Senadora Marisa Serrano e, em seguida, conduzidos a uma sala de reuniões anexa à Biblioteca daquela Casa. Iniciando os trabalhos a **Senadora MARISA SERRANO** saudou a todos, dando-lhes boas vindas. Em ato contínuo, fez referência ao grande número de audiências públicas que vem sendo realizadas pelo Senado para conhecer e atender aos anseios da população. Em seguida, o **Dr. LEOBERTO BRANCHER** apresentou o Fórum, explicitando que estamos fazendo uma argüição de relevância em relação ao PL que trata da execução das medidas sócioeducativas, ressaltou que o Projeto chegou à Câmara em 2007 depois de estar sendo discutido desde 1998. Esclareceu que o Projeto foi reformulado três vezes, contando com a participação de entidades como a ABMP e o CONANDA. Ressaltou a dificuldade de não existir regulamentação legal para execução das MSE. Concluiu seu pronunciamento dizendo que a solução é regulamentar o sistema para que nos seja dado um instrumento de trabalho. Em ato contínuo, a Senadora **MARISA SERRANO** esclareceu que a Deputada RITA CAMATA lhe telefonou pedindo que assumisse a relatoria do PL pois estava preocupada com um possível retrocesso. Disse, depois, que tudo o que puder melhorar o Projeto ela está pronta para debater. Deixou claro que sua posição é pela celeridade na tramitação do projeto. Lembrou que a votação no ano de 2010, por ser ano político, traria muito debate. Por essa razão, se propõe a agilizar a votação para que ela ocorra ainda este ano. Disse que vai analisar o PL propondo-se a marcar uma reunião administrativa com os integrantes do FONAJUV, convidando para a mesma os demais Senadores que possam participar. Sua intenção é analisar o Projeto até o final do mês de setembro. Ressaltou que o PL deve passar por cinco Comissões: Comissão de Educação; Comissão de Direitos Humanos; Comissão de Assuntos Sociais; Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição e Justiça. Comprometeu-se em tentar reunir as Comissões de Educação, Direitos Humanos e Assuntos Sociais para que analisem em conjunto o Projeto. Destacou que as maiores dificuldades serão as Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição e Justiça. Como conhecedora da área de educação fez referência à necessidade de se trabalhar a família, deixando claro que posiciona de forma contrária à redução da imputabilidade penal. Propôs-se novamente em fazer um trabalho visando à celeridade na tramitação do projeto a fim de que ele seja votado ainda este ano ou, no máximo, no início do ano que vem. Destaca que as argüições das dúvidas serão feitas na reunião administrativa, solicitando organização e objetividade nas colocações que serão feitas na referida reunião. Lembra que os políticos são suscetíveis ao humor da sociedade e ao sentirem o que a sociedade quer, dificilmente votam contra. Comprometeu-se a convocar uma reunião onde, de preferência, se façam presentes os Presidentes de todas as outras Comissões para agilizar a tramitação do PL. Por fim, assumiu o compromisso de informar a data da reunião administrativa que irá convocar, dizendo que começará os trabalhos com o Relatório do Projeto.

Os trabalhos da tarde do segundo dia do Encontro tiveram início às 13:30 horas, com **Reunião realizada no Plenário do Conselho Nacional de Justiça**. Iniciando a audiência o **Ministro GILSON DIPP**, Corregedor Nacional de Justiça, cumprimentou a todos destacando que a Corregedoria está empenhada em dar suporte aos Juízes da Infância e Juventude uma vez que os Tribunais não a oferecem. Destacou que os juízes dessa área não são valorizados e não tem estrutura adequada de trabalho. Informou que já recebeu o Cadastro Nacional de Infratores e está estudando a implementação do mesmo, ponderando, contudo, que só dispõe o assessoramento de cinco Juízes Auxiliares o que não é suficiente para atender a todas as demandas. Deixou claro que sua intenção é ouvir o Fórum antes de implementar o cadastro. A seguir, o **Dr. LEOBERTO BRANCHER** cumprimentou o Ministro em nome de todos esclarecendo que o FONAJUV existe há um ano e está trabalhando no Cadastro de Infratores com apoio da SEDH. Enfatizou que, a nível nacional, nos deparamos com realidades heterogêneas, mas que possuem pontos em comum. Ressaltou que nos alinhamos à iniciativa do CNJ com a implantação do cadastro e estamos trabalhando para estabelecer uma Base Mínima de Dados. Em ato contínuo, efetuou a entrega do Ofício subscrito pelos integrantes do FONAJUV e elaborado por ocasião do III Encontro. **Min. GILSON DIPP**: Declarou que a posição dos juízes tem grande importância uma vez que os Tribunais não têm dado o apoio necessário. Pediu a indicação de três juízes para colaborar na implantação do cadastro. **Dr. MAURÍCIO PORFÍRIO ROSA**: Mencionou que nós, juízes da Infância, nos sentimos deslocados e, por essa razão, queremos uma interface e uma interlocução com o CNJ, até porque, um dos objetivos do Fórum é dar visibilidade aos problemas. **Min. GILSON DIPP**: Enfatizou que os próximos focos do CNJ são: Juizados Especiais, que estão abandonados e Varas da Infância e Juventude. **Dr. MAURÍCIO PORFÍRIO ROSA**: Destacou que seria necessária uma avaliação dos resultados das Medidas Sócioeducativas porque até hoje não temos uma estatística. **Dr. HUMBERTO VASCONCELOS JUNIOR**: Sugeriu que se realizasse uma consulta junto ao sistema prisional e ao obituário para saber o sucesso das Medidas Sócioeducativas. **Min. GILSON DIPP**: Esclareceu que a Resolução do Cadastro Nacional de Infratores ainda não foi publicada exatamente para ser aperfeiçoada. **Dr. LEOBERTO BRANCHER**: Lembrou que a Base Mínima de Dados já foi discutida no Fórum e a migração dos dados está dependendo da compatibilidade dos sistemas. **Dr. HUMBERTO VASCONCELOS JUNIOR**: Ressaltou a necessidade de compatibilizar o Sistema do CNJ com o SIPIA/SINASE. **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA**: Relata necessidade de haver apoio dos Tribunais de Justiça elevando o número de servidores. **Dr. HUMBERTO VASCONCELOS JUNIOR**: Lembrou que a falta de estatística impede que se identifiquem quais são as políticas públicas necessárias ao atendimento das demandas. **Dr. LEOBERTO BRANCHER**: Informou que o SIPIA contempla todas as informações necessárias. Solicitou a indicação de um Juiz do CNJ para participar dos Encontros do Fórum. **Min. GILSON DIPP**: Indicou imediatamente o Dr. Nicolau Lupianes, Juiz Auxiliar do CNJ para participar das reuniões do Fórum. **Dr. NICOLAU LUPIANES**: Destacou a necessidade de integração entre o Judiciário e o Executivo. Ressaltou também a necessidade de se trabalhar a família. **Dr. HUMBERTO VASCONCELOS JUNIOR**: Informou que o SIPIA é uma base gigantesca de dados que se oferece ao CNJ. **Dr. RICARDO QUIMENTE**: Destacou que a interlocução entre o CNJ e a SEDH é muito positiva. **Dra. VERA DEBONI**: Com a implantação da Base de Dados vai haver redução da necessidade do uso dos técnicos porque a vida dos infratores vai estar mapeada. Com a Base de Dados Nacional vamos conhecer todo o histórico da criança e do adolescente infrator, abrigado ou desaparecido. O Sistema vai ser uma radiografia da vida deles. **Dra. MARIA ROSELI GUIESSMANN**: Ressalta que no tocante as visitas às Instituições de Internação o Ministério Público tem sido omissivo em suas inspeções e não tem ingressado com as Ações Cíveis Públicas necessárias. **Min. GILSON DIPP**: Se comprometeu a pensar na edição de uma Resolução ou Recomendação para obrigar os Tribunais de Justiça a dar estrutura necessária às

Varas da Infância e Juventude. **Dra. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** Lembrou que as principais deficiências são: Falta de equipe técnica; Falta de Informatização; e, Falta de Coordenadorias. **Dra. VERA DEBONI:** Destacou que faltam Varas Especializadas, lembrando que é necessário definir critérios para criação das mesmas. Solicitou ao Ministro que seja mantido contato com a Corregedoria do Ministério Público para que a mesma forneça os dados de que dispõe. **Dr. MAURÍCIO PORFÍRIO ROSA:** Apresentou a sugestão de serem criadas Varas com competência em Família, Violência Doméstica e Infância e Juventude. **Min. GILSON DIPP:** Assegurou que o Cadastro Nacional de Infratores será centralizado na Corregedoria Nacional. **Dr. HUMBERTO VASCONCELOS JUNIOR:** Se propõe a repassar ao CNJ as informações que dispõe. **Dra. VÂNIA FERREIRA DE BARROS:** Informa que o Estado de Sergipe já possui Vara da Infância e Juventude virtualizada e se compromete a repassar informações. **Dr. RICARDO QUIMENTE:** Assumiu o compromisso de elaborar minuta de normatização e formular pedido de adoção das providências necessárias.

Retomando os trabalhos do Encontro, às 14:30 horas, já com a presença do Dr. NICOLAU LUPIANES do CNJ, a **Dra. VERA DEBONI** esclareceu ao Dr. BENEDITO da SEDH os resultados do Encontro com a Senadora Marisa Serrano. A seguir ocorreram os seguintes pronunciamentos: **Dr. ELIO BRAZ MENDES:** Insistiu na criação das Coordenadorias ressaltando que, um grande passo, é o fato do CNJ estar disposto a regulamentar a matéria. **Dra. VÂNIA FERREIRA DE BARROS:** Ressalta os avanços ocorridos no Estado de Sergipe com a criação das Coordenadorias, enfatizando que a proximidade com a Presidência do Tribunal é de salutar importância. Destaca que, além da articulação com os Juízes, o Tribunal de Justiça passa a desenvolver outras ações, como por exemplo: convênio com fundos; pacto com municípios para estruturação do sistema de garantias; palestras em escolas e em organismos governamentais e não-governamentais; instalação do programa depoimento sem dano. Enfatiza que todos os avanços alcançados em seu Estado ocorreram a partir de outubro de 2008. **Dr. ÉLIO BRAZ MENDES:** Informa que em seu Estado vários espaços foram criados com a instalação da Coordenadoria à exemplo de criação de novas varas, contratação de oficiais de justiça e contratação e capacitação de equipes técnicas. **Dr. NICOLAU LUPIANES:** Comprometeu-se a sugerir que nessas Coordenadorias os coordenadores devem ser Juízes pois outras pessoas não tem a visão do sistema. **Dra. VERA DEBONI:** Sugere a edição de Provimento pela Corregedoria para controlar prazo de internações provisórias. **Dr. NICOLAU LUPIANES:** Solicita que a minuta a ser elabora pelo Fórum tenha objetividade, colocando as Coordenadorias vinculadas às Presidências dos Tribunais e estabelecendo critérios para criação de novas Varas Especializadas. **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** Informa que no Estado do Rio de Janeiro são criadas Varas de Família, Infância e Juventude, ficando a matéria de Sucessões atrelada ao Juízo Cível. **Dra. MÔNICA RIBEIRO DE S. PAUKOSKI:** Destaca que no Estado de São Paulo a criação das Coordenadorias foi decisão unânime. Esclarece que a matéria cível e infracional são separadas e existem quatro Varas Infracionais. No interior do Estado, o juiz de Vara única atende a todas as questões. Nas Comarcas de médio porte são criadas secretarias para cada uma das matérias. **Dr. NICOLAU LUPIANES:** Relata que no Estado de Minas Gerais onde não existe Vara Especializada, a área da Infância e Juventude, por Provimento da Corregedoria, de dois em dois anos, é atendida por um juiz indicado. Estabeleceu-se, em seguida, que o Fórum produziria uma minuta contemplando sugestões para criação de Varas Especializadas, cumulação com Varas de Família e Varas Regionais. **Dr. FRANCISCO JAIME M. NETO:** Relata que esteve reunido com o Senador DEMÓSTENES TORRES o qual declarou que desistiria da redução da imputabilidade penal e aprovaria a Lei de Execução das Medidas Sócioeducativas se fosse aprovada a PEC 094/03 que torna obrigatória a Escola de Tempo Integral. Os trabalhos com a presença do representante do CNJ foram encerrados quando o **Dr. NICOLAU LUPIANES** destacou que o Ministro Gilson Dipp é preocupado com a

causa da infância e juventude e, por isso, estamos num momento favorável junto ao CNJ. Colocou a si próprio e ao CNJ à disposição, pedindo a indicação de interlocutores para repassar as sugestões do grupo.

Finalizando o Encontro o **Dr. LEOBERTO BRANCHER** fez um breve relato da audiência de alguns integrantes do FONAJUV com o **Senador DEMÓSTENES TORRES** ocorrida às 14:30, de forma simultânea com a reunião que contou com a presença do representante do CNJ, informando que o aludido Senador levantou a questão da PEC das Escolas de Tempo Integral, dizendo que se ela for aprovada, retira todas as emendas que propõem a redução da idade penal. Sinalizou que o projeto que trata da Execução das Medidas Sócioeducativas vai ser analisado e dificilmente sairá sem alterações. A impressão que o Senador deixou foi a de que não vai obstruir o PL uma vez que não se colocou como opositor ao mesmo.

Nada mais havendo para ser registrado, \_\_\_\_\_lavrei a presente ata que vai devidamente assinada.

**André Gêda Peixoto Melo (AL)**

**Antônio Lopes de Oliveira (PI)**

**Danilo Burin (MS)**

**Eduardo Rezende Melo (ABMP)**

**Francisco Jaime M. Neto (CE)**

**Graciete Sotto Mayor Ribeiro (RR)**

**Élio Braz Mendes (PE)**

**Humberto Costa Vasconcelos Júnior (PE)**

**José Dantas de Paiva (RN)**

**Leoberto Brancher (RS)**

**Luís Cláudio Cabral Chaves (AM)**

**Marcus da Costa Ferreira (RJ)**

**Maria Roseli Guiesmann (PR)**

**Maurício Porfírio Rosa (GO)**

**Mônica Ribeiro de S. Paukoski (SP)**

**Nelson Santana do Amaral (BA)**

**Odete Silva Carvalho (PA)**

**Paulo Roberto Luppi (ES)**

**Renato Rodovalho Scussel (DF)**

**Romário Divino Farias (AC)**



**Samuel Rubem Zoldan Uchoa (AP)**

**Silvana Maria Parfieniuk (TO)**

**Vânia Ferreira de Barros (SE)**

**Vera Deboni (ABMP)**

**Virgínia Gaudêncio de Novais (PB)**

**Wlaciir Barbosa Magalhães (MA)**

**Dr<sup>a</sup>. Carmen Silveira de Oliveira**

**Dra. Lúcia Elena Junqueira Rodrigues**

**Dr<sup>a</sup>. Márcia Soares**

**Dr. Benedito dos**